

A Revolução de 1930

O AMBIENTE

Eurico Vale governava o Pará. Vinha realizando uma administração de primeiro nível, austera, não dando margem à qualquer tipo de crítica. Com renome nacional, estava cogitado para ser um dos ministros do presidente Júlio Prestes, possivelmente o da Fazenda. E, praticamente sem oposição, Eurico tinha ainda o apoio incondicional do jornal *Folha do Norte*, cujo diretor era o então deputado federal Paulo Maranhão.

A atuação de Eurico Vale no Executivo do Pará constituía-se no principal obstáculo dos revolucionários paraenses: como atacá-lo? Como fazer com que a opinião pública ficasse hostil ao governador? Ocorria, então, no Pará, um pequeno para-

doxo: o povo achava que o Brasil devia mudar de rumos; no Pará entretanto, tudo corria bem. Sintetizando: que as coisas mudassem no plano federal, havia concordância na maioria da população; mas não no plano estadual, onde o governador tinha a simpatia e o respeito

quase unânime de todos.

Se a Revolução de 30 aqui encontrou eco, foi graças ao jornal *O Estado do Pará*, de propriedade de Afonso Justo Chermont (filho do ex-governador Justo Chermont) e que tinha como diretor de redação Alcindo Cacula e como redator-secretário Santana Marques. Ao lado destes, muitos jornalistas combativos. E a redação daquele jornal, hoje extinto, transformou-se no quartel-general dos revolucionários. Suas edições saíam flamejantes. Aliás, desde o governo de Dionísio Ausier Bentes que o *Estado* caíra no índex das autoridades, graças às violentas campanhas que empreendia, às pregações revolucionárias que divulgava em suas páginas.

A Revolução de 1930 no Pará deve, portanto, seu relativo êxito ao *Estado do Pará*. Se seu proprietário e redatores não tivessem se empenhado com as reformas políticas que clamavam para o Brasil, as coisas aqui poderiam ter sido ainda muito piores para os subversivos de então: no mínimo, não teriam nenhum veículo de propaganda, de contato direto com o povo.

No campo civil, muitos eram os participantes, na maioria deles jovens: Abel, Mário, Eduardo e Guilherme Chermont; Abelardo Conduru, Orlando de Moraes, Moacir Ferreira, Poty Fernandes, Samuel Levy, Moacir Guilherme Costa, Alberto Engelhard, Ernestino Souza Filho, José Malcher, João Botelho, padre Leandro Pinheiro, David Schuterchitz e outros, cujos nomes serão citados ao longo deste trabalho. No campo militar, lideravam Magalhães Barata (que não se encontra-



EURICO VALE, GOVERNADOR DO PARÁ À ÉPOCA DA REVOLUÇÃO DE 30. POR SUA BOA ADMINISTRAÇÃO, ERA UM DIFÍCIL ALVO PARA OS OPOSICIONISTAS

va em Belém, quando rebentou a Revolução), Castilhos França, Moura Carvalho, Álvaro do Cabo, Ismaelino de Castro, Rogério Coimbra, Osmar Pacheco Dillon, Mário Machado, Gonçalo Castelo Branco Leão, Emmanuel de Moraes, Luiz Pingarilho, Rodrigo da Veiga Cabral, Rubens Vaz e vários outros.

O LEVANTE

Magalhães Barata — que já participara da revolta de 1924 no Amazonas — a serviço dos revolucionários de 1930, em agosto desse ano viera a Belém a fim de articular o movimento. Disfarçado, fez, primeiro, o seu quartel-general na Catedral de Belém, sob a proteção do padre Clotário de Alencar, adepto da revolução. Mas, como seu esconderijo tinha sido descoberto pela polícia, Barata mudou-se, vestido de padre, para a capela do Hospício, ou Hospital Juliano Moreira (hoje inexistente), no bairro do Marco que tinha como capelão outro padre revolucionário, Leandro Pinheiro. No entanto, as autoridades policiais voltaram a localizá-lo, prenderam-no e o enviaram ao Rio.

Os militares elegeram, então, Eurico Castilhos França, da Marinha, chefe do movimento. Traçaram planos para a derubada do governo local. Todavia, conforme já frisei, a personalidade do governador Eurico Vale era o grande obstáculo: não contavam com o apoio do povo, nem da maioria dos militares. A revolução, em termos nacionais, rebentou no dia 3 de outubro. No Pará, porém, o levante ocorreu somente dois dias depois. E sem a mínima possibilidade de êxito. Conforme declarou-me o general Ismaelino de Castro, em 1972 (em 1930 era tenente), fizeram o levante “apenas para honrar compromissos”, ou seja, para dar uma satisfação aos companheiros do Nordeste e do Sul. Como o movimento e lutas grassavam nessas regiões, logicamente as forças militares sediadas em Belém estavam em rigorosa prontidão. O que dificultava ainda mais a ação dos revolucionários paraenses.

Para piorar tudo, um acidente tirou a vida de Castilhos França, logo na primeira hora do levante: no momento em que ele, juntamente com outros líderes revolucionários, se aproximaram no quartel do 26º (depois ali funcionou o CPOR e hoje está instalado o NPOR), ao lado da Basílica de Nazaré, o soldado de sentinela do quartel,

segundo uns depoimentos, deu vivas ao chefe da rebelião e em sua homenagem disparou seu fuzil contra o solo; segundo outros depoimentos, a sentinela teria atirado a fim de avisar, para o pessoal que estava dentro do QG, da chegada do grupo, e, enfim, de acordo com outros depoimentos, a sentinela julgava que iriam invadir o quartel e deflagrou o tiro como advertência. Seja por qual razão (nunca se saberá, pois não foi, posteriormente, instaurado inquérito e o soldado que naquela noite fazia as vezes de sentinela desapareceu), o tiro ricocheteou no calçamento e foi atingir, de maneira mortal, o abdômen do chefe da revolução paraense. No instante em que tombava, conseguiu exclamar:

“Cabo, mataram-me!” (Cabo era o tenente Álvaro do Cabo, da Marinha).

ÀS PRIMEIRAS NOTÍCIAS DA VITÓRIA, AS AUTORIDADES DA MARINHA NÃO QUISERAM DAR CRÉDITO, MANTENDO-SE EM EXPECTATIVA.

Ora, se os revolucionários não tinham a mínima chance de tomar o governo, se insistiram em promover o levante apenas para manter compromissos assumidos e dar uma satisfação aos companheiros do Sul e do Nordeste, a inesperada morte de Castilhos França acabou de deitar por terra a mais remota possibilidade de êxito. No atordoamento da tragédia elegeram o tenente (do Exército) Ismaelino de Castro o novo chefe. E saíram para atacar o Palácio do Governo, além de outros pontos estratégicos. As forças legais, todavia, dominaram a situação. Grande parte dos revolucionários que não tinham sido presos, fugiu, num trem da extinta Estrada de Ferro de Bragança, com destino a essa cidade; de lá, seguiram por terra para o Maranhão, com a finalidade de se encontrar com as tropas revolucionárias já vitoriosas no Nordeste. Mas foram presos na cidade de Viseu e em seguida, trazidos para Belém.

O DIA 24

O relógio da Doca do Ver-o-Peso já marcava onze horas quando começou a

circular, insistentemente pela cidade o rumor de que Washington Luís havia renunciado à Presidência da República, tendo, conseqüentemente, assumido uma Junta Governativa. O “fogueteo” de *O Estado*, ouvido até nos subúrbios, avisava que alguma coisa seríssima aconteceria. Nas primeiras horas da tarde a multidão aglomerava-se defronte do prédio daquele jornal, ávida de notícias. Em vários pontos de Belém passeatas percorriam as ruas, empunhando bandeiras vermelhas, símbolo da revolta vitoriosa. Nas praças da República, Justo Chermont, Visconde do Rio Branco e Pedro II, comícios eram improvisados, com oradores inflamados dando vivas à Aliança Liberal.

Às primeiras notícias da vitória, as autoridades da Marinha não quiseram dar crédito, mantendo-se em expectativa. O capitão-de-mar-e-guerra, Emanuel Braga, inspetor do Arsenal de Marinha, dirigiu-se de automóvel ao Palácio do Governo, onde obteve a confirmação dos acontecimentos desenrolados no Rio e da queda do presidente. O oficial-do-dia do Arsenal, tenente Rezende, logo após a saída do inspetor, colocou Álvaro do Cabo em liberdade.

Às 16 horas, a multidão clamava pela soltura dos demais presos, que permaneciam distribuídos pela Central de Polícia, quartéis do B.I. e do Grupo Misto e a bordo do “Distrito Federal”.

Os srs. Eduardo e Guilherme Chermont dirigiram-se, então, ao Palácio, onde conferenciaram com o governador, que lá se achava juntamente com todo o seu secretariado e grande número de amigos. Ao recebê-los, Eurico Vale adiantou já saber das ocorrências por um telegrama que recebera do Maranhão, no qual o intimavam a deixar o cargo. Todavia, do Rio nada recebera neste sentido: e, quando isso ocorresse, passaria imediatamente o governo a quem fosse determinado. Pediu calma, para evitar derramamento de sangue. E afirmou:

—Só depois da confirmação oficial mandarei soltar os presos.

Os dois retornaram a *O Estado*, dando ciência à multidão do resultado da conferência com o governador. O movimento crescia. Segundo o noticiário da época, vários redatores daquele jornal eram chamados constantemente pelo povo, tendo falado à multidão Santana Marques, Paulo Oliveira e o padre

Cupertino Contente. Os nomes de Afonso Chermont e Alcindo Cacela, também, a massa vivou repetidas vezes, ocasião em que mais uma vez exigia a liberdade dos presos políticos.

Nessa altura, Eduardo Chermont, Guilherme Chermont, Clementino Lisboa e José Malcher foram a Palácio conferenciar longamente com o governador. Já tendo recebido a confirmação oficial da deposição do presidente, Eurico Vale quis passar o governo para Ismaelino de Castro, José Malcher e Clementino Lisboa. Lembrou, ainda, o seguinte triunvirato: Ismaelino de Castro, José Malcher e o tenente-coronel Souza Filho. Os parlamentares lembraram ao governador que ele não tinha mais poderes para indicar juntas. Nesse ínterim, o capitão Emanuel Braga mostrou um telegrama pelo qual poderia ele assumir a governança. Os parlamentares "entreolharam-se, sorriram, e continuaram a parlamentar".

Foi, então, que Eurico Vale determinou a soltura dos presos. Do quartel do BI saíram Mário Chermont, Orlando de Moraes e Ernestino Sousa Filho; e de outros pontos os demais prisioneiros.

A POSSE

Lá pelas 20 horas reuniram-se no Palácio, Abel Chermont, Mário Chermont, Genaro Ponte Souza, Eduardo Chermont, Guilherme Chermont, padre Leandro Pinheiro e Ismaelino de Castro. Recebidos por Oscar Barreto, este informou que Eurico Vale, no Salão dos Presidentes, estava pronto a transmitir o governo. E, perante os auxiliares e os revolucionários, o ex-governador discursou, lembrando que no mesmo local onde assumira o comando do Estado passava-o aos chefes do movimento vitorioso; que entregava o governo do seu Estado em situação promissora, como resultado da situação de ordem e do progresso a que o levava, malgrado a quadra difícil que a nação atravessava. Declarou ainda que mesmo com a situação de emergência em que se encontrava detendo em suas mãos o poder discricionário de estado de sítio, jamais abusou dele nem com ele tripudiou sobre os seus adversários. Agiu sem excessos, sempre respeitando os direitos alheios. Assim, era sem constrangimento que entregava aos revolucionários o poder que ele sempre procurara desempenhar com entranhado amor à

pátria, que sempre desejara ver unida e progressista. Terminando, fez entrega do balancete do Tesouro.

Tal era o respeito que todos tinham pelo ex-governador que, ao fim de sua oração, foi abraçado pelos adversários. O tenente Ismaelino de Castro usou então da palavra, declarando receber o governo, e que a Junta Revolucionária tudo faria para trabalhar pelo progresso do Estado e pelo respeito à lei, idéia pela qual se bateram os que chefiam a revolução vitoriosa.

Após essas cerimônias, Eurico Vale retirou-se do Palácio, indo até a sua residência acompanhado por Mário Chermont, Abel Chermont e Loris Olímpio de Araújo.

O NOVO GOVERNO

Tomando posse a Junta, composta de Ismaelino de Castro, Álvaro do Cabo e Abel Chermont, esta nomeou o corpo de auxiliares em caráter provisório: padre Leandro Pinheiro, secretário-geral do Estado; Ismael de Castro, intendente de Belém; Eduardo Chermont Lisboa, diretor da Fazenda Pública; Francisco Coutinho, diretor da Estrada de Ferro de Bragança; Guilherme Chermont, diretor do curro do Maguari; Genaro Ponte e Souza, procurador fiscal da Fazenda; Luiz Pingarilho, diretor da Recebedoria; Amazonas de Figueiredo, diretor de Instrução Pública. No comando da Força Pública continuou o coronel Alberto Mesquita.

Em virtude da resolução da Junta Governativa do Rio, dissolvendo o Congresso Nacional, a Junta do Pará também dissolveu o Congresso do Estado.

Algumas horas decorridas de sua posse, a Junta recebeu um telegrama do tenente-coronel Landry Salles Gonçalves, comandante da Brigada Revolucionária em operação no Norte, comunicando e pedindo providências para o alojamento da sua tropa.

Os jornais *Folha do Norte* e *O Imperial*, fiéis à política de Washington Luís, foram fechados.

No dia 26 chegava a Belém Landry Salles, assumindo o governo militar do Pará; dois dias decorridos, a

Junta era substituída por uma outra composta por Ismaelino de Castro, Mário Chermont e Rogério Coimbra. No mesmo dia 28, a *Folha do Norte* voltou a circular, "com autorização e garantia do sr. coronel Landry Salles Gonçalves".

A chegada de Juarez Távora – então, o vice-rei do Norte – foi apoteótica. Vinha acompanhado de Barata. Todavia, seu encontro com os líderes do Pará, não foi muito pacífico: estes impuseram o nome de Magalhães Barata para interventor federal; aquele não o queria. Vendo que não conseguia impor a sua vontade, Juarez deu um violento soco na mesa e exclamou:

– Seja o Barata! Mas depois não se queixem!

Antes de concluir, convém narrar um episódio, por sinal bem pitoresco: o coronel Landry perguntou a Abel Chermont porque a Junta não agia contra os inimigos da Revolução. Resposta do interpelado:

– Metade da população de Belém é parente da outra metade. Se ordenássemos fuzilamento dos inimigos políticos, seríamos obrigados a ir ao enterro e todos poríamos luto...

